



**INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC**

Abril 2026

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520





INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

Abril 2026

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520



APRESENTAÇÃO

A International Integralize Scientific configura-se como um periódico científico mensal dedicado à difusão rigorosa e qualificada do conhecimento acadêmico. Com publicações predominantemente em língua portuguesa e contribuições consistentes em inglês e espanhol, a revista consolida-se como um espaço editorial multicultural, orientado ao diálogo científico internacional e ao fortalecimento da produção intelectual brasileira no cenário global.

Alinhada a elevados critérios de avaliação acadêmica, a revista privilegia a publicação de artigos inéditos de discentes e docentes provenientes de distintas áreas do saber, reconhecendo a ciência como campo plural e interdisciplinar. Cada manuscrito submetido passa por criteriosa análise técnico-científica em regime de avaliação por pares, assegurando integridade metodológica, consistência teórica e relevância social dos resultados apresentados. Dessa forma, a International Integralize Scientific reafirma seu compromisso institucional com a circulação responsável do conhecimento e com o fortalecimento da cultura de pesquisa.

Sua missão institucional consiste em promover a publicação e a disseminação de pesquisas inovadoras que contribuam efetivamente para o avanço científico e tecnológico, estimulando a reflexão crítica e o desenvolvimento de novas abordagens investigativas. A revista persegue a visão de consolidar-se como referência de credibilidade e excelência acadêmica no contexto internacional, valorizando a produção científica que se ancora em evidências sólidas, metodologias reconhecidas e padrões éticos elevados.

A governança editorial do periódico opera em plataforma Open Journal Systems (OJS), garantindo transparência processual, rastreabilidade, interoperabilidade com bases internacionais e aderência às melhores práticas em editoração científica. A revista possui registro ISSN nas versões impressa e digital e atribui Digital Object Identifier (DOI) a todas as publicações, mediante associação ativa à Crossref, assegurando autenticidade, persistência e ampla citabilidade internacional. Sua atuação editorial mantém alinhamento às boas práticas recomendadas por organizações científicas de referência e aos princípios éticos, técnicos e normativos que orientam a gestão de periódicos acadêmicos qualificados, incluindo diretrizes consolidadas no âmbito da normalização internacional.



Os valores que regem sua atuação editorial fundamentam-se no rigor científico, na ética acadêmica e na promoção de um ecossistema plural de saberes. A diversidade disciplinar, a integridade intelectual, a inovação, o impacto social da ciência e a construção de redes colaborativas entre pesquisadores de diferentes nacionalidades constituem pilares estruturantes do periódico. Ao incentivar a interlocução entre centros de pesquisa, universidades e comunidades científicas, a International Integralize Scientific contribui para o desenvolvimento de uma ciência aberta ao diálogo, orientada à melhoria contínua e sensível às demandas contemporâneas.

Sua periodicidade regular, o compromisso com padrões editoriais elevados e a interlocução permanente com autores e avaliadores qualificados reforçam a credibilidade da revista como veículo legítimo de disseminação científica. Trata-se, assim, de um espaço editorial que acolhe a investigação acadêmica com seriedade, estimulando trajetórias de produção intelectual consistente, ética e socialmente relevante.

Ao posicionar-se como ponte entre diferentes culturas, idiomas e tradições científicas, a International Integralize Scientific reafirma o papel estratégico dos periódicos acadêmicos no fortalecimento da ciência global e na promoção de um conhecimento capaz de transformar realidades, ampliar horizontes e projetar pesquisadores brasileiros e internacionais em um ambiente científico de excelência.



Expediente Editorial

A Revista International Integralize Scientific é um periódico científico mensal dedicado à promoção e disseminação de conhecimento acadêmico de alta qualidade, orientado por rigor metodológico e compromisso ético. Seu propósito central consiste em oferecer um espaço de visibilidade qualificada para pesquisas inéditas, contribuindo para o fortalecimento do debate científico e para o desenvolvimento contínuo das diversas áreas do saber. Ao assegurar processos criteriosos de avaliação e seleção editorial, o periódico reafirma sua vocação institucional de fomentar o pensamento crítico, incentivar o intercâmbio intelectual e apoiar a formação de novas gerações de pesquisadores.

Diretor Geral

Dr. Luan Trindade

Responsável pela direção estratégica do periódico, conduz a governança institucional da revista, assegurando o alinhamento entre política editorial, expansão científica e fortalecimento das relações acadêmicas nacionais e internacionais.

Diretora Administrativa

Profa. PhD Vanessa Sales

Docente e pesquisadora, com trajetória consolidada na área acadêmica, coordena os processos organizacionais e de gestão editorial, contribuindo diretamente para a qualidade científica, ética e institucional das publicações.

Editor de Design Gráfico e Diagramação

Balbino Júnior

Profissional responsável pela curadoria visual, normatização gráfica e composição editorial, assegurando harmonia estética, legibilidade acadêmica e conformidade técnica das edições.

Características do Periódico

Periodicidade:

Mensal

Idiomas de Publicação:

Português, Inglês e Espanhol

Plataforma Editorial:

Open Journal Systems (OJS)

Registro Internacional:

SSN 3085-654X

Identificação Digital:

DOI registrado e associado à Crossref

Contato Editorial

Para esclarecimentos, submissões, parcerias institucionais ou orientações relacionadas ao processo editorial, a equipe técnica encontra-se à disposição através do e-mail:

publicacao@iiscientific.com

Endereço Institucional

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
Rodovia SC-401, Bairro Saco Grande
CEP 88032-005

A International Integralize Scientific mantém atuação editorial orientada pelas boas práticas científicas internacionais, alinhada aos princípios de integridade acadêmica, transparência editorial e responsabilidade social do conhecimento. Seu corpo diretivo e técnico atua de maneira integrada para assegurar excelência, continuidade e relevância científica em cada edição publicada.



Corpo Editorial e Conselho de Revisores por Pares

A revista adota um rigoroso processo de avaliação científica por pares (peer review), conduzido preferencialmente no modelo doubleblind, garantindo anonimato entre autores e revisores durante o processo avaliativo, imparcialidade na emissão dos pareceres e excelência acadêmica na seleção dos manuscritos publicados.

A divulgação institucional do corpo editorial e dos revisores por pares não estabelece qualquer vinculação entre avaliadores e artigos específicos, preservando integralmente a confidencialidade e a integridade ética do processo de revisão.

Editora-Chefe

Profa. PhD Vanessa Sales

Equipe Editorial

Prof. PhD Hélio Sales Rios
Prof. Dr. Rafael Ferreira da Silva
Prof. Dr. Francisco Rogério Gomes da Silva
Prof. PhD Manoel Coracy Dias Saboia
Prof. Dr. Daniel LaiberBonadiman

Declaração de Transparência Editorial

O periódico mantém registro formal de todas as etapas do processo de avaliação científica, assegurando confidencialidade, ética, independência acadêmica e conformidade com o modelo doubleblindpeer review, no qual autores e revisores permanecem mutuamente anônimos durante o processo avaliativo.

Conselho de Revisores por Pares (Peer Review Board)

O Conselho de Revisores por Pares é composto por pesquisadores com sólida formação acadêmica e reconhecida atuação científica. Os pareceres técnicos emitidos avaliam critérios de relevância científica, originalidade, consistência metodológica, contribuição teórica e adequação ética, fortalecendo o rigor e a credibilidade do periódico.

Pareceristas

Ciências da Educação

Dr. Carlos Mendonça
Dr. Marcelo Pertussatti
Dr. Ederson Renan Pacheco de Farias

Ciência da Saúde

Dr. Daniel Laiber
Dra. Luisa Bonadiman

Ciências Jurídicas

Dr. Avelino Thiago
Dr. James Melo de Sousa
Dr. Manoel Coracy

Educação Inclusiva

Dra. Fábiana Roseana Souza Oliveira da Silva
Dra. Karla Roberta Melo de Vasconcellos

Tecnologia

Dr. Flávio Lopes
Dr. Geraldo Lúcio

Editor Gerente

Rayane Priscila Santos de Souza

Editores de Seção

Karolayne Luana de Oliveira Silva
Eloisa Bárbara Rodrigues Lima

Equipe de Produção Editorial

Reviane Francy Silva da Silveira
Priscila de Fátima Lima Schio
Lucas Teotônio Vieira

Editor Técnico

Balbino Júnior

Administrador do Sistema OJS

Vitor Santos

VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOCENTE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA

TEACHER APPRECIATION AND TRAINING IN CONTEMPORARY
BRAZIL: CHALLENGES AND PERSPECTIVES FOR THE QUALITY OF
BASIC EDUCATION

VALORACIÓN Y FORMACIÓN DOCENTE EN EL BRASIL
CONTEMPORÁNEO: DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS PARA LA
CALIDAD DE LA EDUCACIÓN BÁSICA

RESUMO

O presente artigo analisa os desafios e as perspectivas relacionados à valorização e à formação de professores da educação básica no Brasil contemporâneo, com vistas à melhoria da qualidade do ensino público. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentada na análise de artigos científicos indexados em bases de rigor acadêmico e de documentos normativos oficiais. O estudo examina o percurso histórico das políticas de formação docente, as tensões entre os marcos legais e a realidade vivenciada pelos profissionais do magistério e as condições de trabalho que incidem sobre a qualidade educacional. A investigação revela que, apesar dos avanços legislativos conquistados nas últimas décadas, persiste uma significativa distância entre o que a legislação determina e o que se efetiva no cotidiano das redes de ensino, especialmente no que se refere ao cumprimento do piso salarial, à implementação de planos de carreira estruturados e à oferta de formação inicial e continuada de qualidade. Os resultados evidenciam que a fragmentação das políticas docentes, a precarização das condições de trabalho e a desarticulação entre os entes federados constituem obstáculos centrais à valorização profissional. O artigo contribui para o debate acadêmico ao sistematizar evidências que reafirmam a indissociabilidade entre valorização docente e qualidade da educação básica, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas mais integradas e efetivas.

Palavras-chave: Valorização docente; formação de professores; educação básica; políticas educacionais; qualidade do ensino.

ABSTRACT

This article analyzes the challenges and perspectives related to the appreciation and training of basic education teachers in contemporary Brazil, aiming at improving the quality of public education. The research adopts a qualitative approach of bibliographic and documentary nature, based on the analysis of scientific articles indexed in rigorous academic databases and official normative documents. The study examines the historical trajectory of teacher training policies, the tensions between legal frameworks and the reality experienced by teaching professionals, and the working conditions that affect educational quality. The investigation reveals that, despite legislative advances achieved in recent decades, a significant gap persists between what the legislation determines and what is effectively implemented in the daily routines of education networks, especially regarding compliance with the national salary floor, the implementation of structured career plans, and the provision of quality initial and continuing education. The results show that the fragmentation of teaching policies, the precariousness of working conditions, and the lack of coordination among federal entities constitute central obstacles to professional appreciation. The article contributes to the academic debate by systematizing evidence that reaffirms the inseparability between teacher appreciation and the quality of basic education, offering subsidies for the formulation of more integrated and effective public policies.

Keywords: Teacher appreciation; teacher training; basic education; educational policies; teaching quality.

RESUMEN

Este artículo analiza los desafíos y las perspectivas relacionados con la valorización y la formación de profesores de educación básica en el Brasil contemporáneo, con miras a mejorar la calidad de la enseñanza pública. La investigación adopta un enfoque cualitativo, de naturaleza bibliográfica y documental, fundamentada en el análisis de artículos científicos indexados en bases de rigor académico y de documentos normativos oficiales. El estudio examina la trayectoria histórica de las políticas de formación docente, las tensiones entre los marcos legales y la realidad vivida por los profesionales del magisterio, y las condiciones de trabajo que inciden sobre la calidad educativa. La investigación revela que, a pesar de los avances legislativos conquistados en las últimas décadas, persiste una significativa distancia entre lo que la legislación determina y lo que se efectiviza en el cotidiano de las redes de enseñanza, especialmente en lo que se refiere al cumplimiento del piso salarial, a la implementación de planes de carrera estructurados y a la oferta de formación inicial y continuada de calidad. Los resultados evidencian que la fragmentación de las políticas docentes, la precarización de las condiciones de trabajo y la desarticulación entre los entes federados constituyen obstáculos centrales a la valorización profesional. El artículo contribuye al debate académico al sistematizar evidencias que reafirman la indisociabilidad entre valorización docente y calidad de la educación básica.

Palabras clave: Valorización docente; formación de profesores; educación básica; políticas educativas; calidad de la enseñanza.

1 INTRODUÇÃO

A formação e a valorização dos profissionais da educação constituem temas centrais nos debates contemporâneos sobre a qualidade do ensino em diversos contextos nacionais. O reconhecimento de que o professor exerce papel estratégico na promoção de aprendizagens significativas e no desenvolvimento integral dos estudantes tem mobilizado pesquisadores e formuladores de políticas públicas em torno da construção de condições mais favoráveis ao exercício da docência. Conforme destacam Gatti, Barretto e André (2011), a questão docente é um setor nevrálgico nas sociedades contemporâneas, uma vez que sobre os professores recaem expectativas crescentes de transformação social, nem sempre acompanhadas de investimentos proporcionais em sua formação e em suas condições de trabalho. Nessa perspectiva, investigar os caminhos da valorização profissional e da formação docente é tarefa inadiável para qualquer projeto que se proponha a elevar os padrões educacionais de um país.

No contexto brasileiro, a educação básica pública atende a aproximadamente 47 milhões de matrículas distribuídas em mais de 178 mil estabelecimentos de ensino, contando com cerca de dois milhões de professores em exercício, dos quais aproximadamente 80% atuam no setor público (Gatti; Barretto, 2009). Essa magnitude torna a questão docente ainda mais complexa, pois demanda políticas de formação e valorização capazes de alcançar um contingente profissional numeroso e heterogêneo, distribuído por todas as regiões de um país marcado por profundas

desigualdades socioeconômicas. Saviani (2009) demonstra que a preocupação com a formação de professores no Brasil remonta ao século XIX, com a criação das primeiras Escolas Normais, mas que os avanços foram historicamente intermitentes, fragmentados e insuficientes para consolidar um modelo formativo consistente. Esse quadro histórico de descontinuidades segue reverberando nos desafios enfrentados pelas redes de ensino na atualidade.

As tensões que permeiam a valorização docente no Brasil contemporâneo são múltiplas e interconectadas. De um lado, observa-se um arcabouço legislativo robusto, que inclui dispositivos constitucionais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei do Piso Salarial e o Plano Nacional de Educação com metas específicas para a carreira docente. De outro, pesquisas recentes revelam que parte significativa dos municípios brasileiros ainda não cumpre integralmente o piso salarial nacional, que os planos de carreira permanecem pouco estruturados em diversas redes e que a formação inicial apresenta fragilidades curriculares persistentes (Gatti *et al.*, 2019). Oliveira (2004) já alertava para o processo de reestruturação do trabalho docente, marcado pela intensificação das demandas, pela ampliação das responsabilidades e pela precarização das condições de exercício profissional. Esse cenário configura um paradoxo que merece investigação aprofundada: a coexistência entre avanços normativos expressivos e uma realidade concreta ainda distante do que a legislação preconiza.

A relevância social deste estudo reside no fato de que a qualidade da educação básica impacta diretamente a vida de milhões de crianças, adolescentes e jovens brasileiros, particularmente aqueles oriundos das camadas populares que dependem exclusivamente da escola pública. A valorização dos profissionais que atuam nessas redes não é, portanto, uma pauta corporativa, mas uma questão de justiça social e de direito à educação de qualidade. Quando os professores não dispõem de condições dignas de trabalho, de remuneração compatível com sua formação e de oportunidades reais de desenvolvimento profissional, quem mais sofre as consequências são os estudantes e as comunidades que a escola pública deveria emancipar. Nesse sentido, compreender os entraves à valorização docente é um passo fundamental para a construção de uma sociedade mais equitativa.

Do ponto de vista acadêmico, embora a literatura sobre formação e valorização docente no Brasil seja ampla, Gatti (2014) observa que as macropolíticas relativas aos docentes da educação básica ainda são pouco investigadas de forma articulada e avaliadas em sua efetividade. Há uma lacuna na integração entre os estudos que tratam da formação inicial, aqueles que analisam as condições de carreira e os que se debruçam sobre o trabalho cotidiano nas escolas. Este artigo busca contribuir para o preenchimento dessa lacuna ao propor uma análise integradora que articule esses três eixos, tomando como referência a produção acadêmica consolidada e os marcos normativos vigentes. A pergunta que orienta esta investigação é: em que medida as políticas de formação e valorização docente implementadas no Brasil contemporâneo têm respondido aos desafios de qualificação da educação básica pública?

O objetivo geral deste estudo consiste em analisar os desafios e as perspectivas da valorização e da formação docente no Brasil contemporâneo e suas implicações para a qualidade da educação básica. Para tanto, foram definidos três objetivos específicos: a) examinar o percurso histórico e os marcos legais que estruturam as políticas de formação de professores no país; b) discutir as condições de trabalho, carreira e remuneração dos docentes da educação básica à luz da legislação vigente e da produção acadêmica especializada; c) identificar as principais lacunas e possibilidades das políticas de valorização docente na perspectiva da melhoria da qualidade educacional. As perguntas norteadoras que complementam esses objetivos são: quais fatores explicam a distância entre o ordenamento jurídico e a efetivação das políticas de valorização? Que experiências e proposições emergem da literatura como caminhos promissores para a superação desses entraves?

O artigo está organizado em cinco seções, além desta introdução. A segunda seção apresenta o referencial teórico, subdividido em três eixos: o percurso histórico da formação docente no Brasil, as políticas de valorização profissional e carreira, e as condições de trabalho docente e suas relações com a qualidade da educação. A terceira seção descreve os procedimentos metodológicos adotados, caracterizando a pesquisa como qualitativa, de base bibliográfica e documental. A quarta seção expõe e discute os resultados, articulando os achados da revisão com os objetivos propostos. Por fim, a quinta seção traz as considerações finais, com síntese dos achados, contribuições do estudo, limitações e sugestões para pesquisas futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Percurso histórico da formação docente no Brasil: Marcos legais e institucionalidades

A história da formação de professores no Brasil é marcada por ensaios intermitentes e por uma longa trajetória de descontinuidades que comprometem a consolidação de um modelo formativo consistente. Saviani (2009) periodiza essa trajetória em seis momentos, desde a aprovação da Lei das Escolas de Primeiras Letras em 1827 até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996, evidenciando que a preocupação com a preparação dos professores oscilou ao longo dos séculos entre momentos de avanço institucional e períodos de retrocesso ou estagnação. Essa instabilidade histórica não é casual; ela reflete as próprias contradições do projeto educacional brasileiro, que sempre oscilou entre a universalização do acesso e a precarização das condições de oferta.

A criação das Escolas Normais no século XIX representou o primeiro esforço sistemático de formação docente no país, embora essas instituições tenham enfrentado existência intermitente e alcance limitado. Ao analisar esse período, Saviani (2009) observa que as escolas normais preocupavam-se fundamentalmente com o domínio dos conteúdos de primeiras letras, sem dedicar atenção adequada à dimensão pedagógica da formação. Essa tensão entre o modelo dos conteúdos culturais-cognitivos e o modelo pedagógico-didático acompanhará a formação docente ao longo de todo o percurso brasileiro, configurando o que o autor denomina um dilema estrutural. Compreender essa dualidade fundante é indispensável para interpretar os impasses que as licenciaturas enfrentam na contemporaneidade.

As reformas educacionais do início do século XX trouxeram novas perspectivas para a formação docente, com a criação dos Institutos de Educação e a elevação progressiva das exigências formativas. Conforme destaca Scheibe e Aguiar (1999):

O objetivo deste artigo é apresentar subsídios para uma melhor compreensão da situação atual do curso de pedagogia no Ensino Superior brasileiro e das dificuldades enfrentadas para a implantação das novas diretrizes curriculares para esse curso (Scheibe; Aguiar, 1999, p. 220).

O diagnóstico apresentado pelas autoras revela que as tensões em torno do curso de Pedagogia atravessam décadas e continuam incidindo sobre a qualidade da formação ofertada. A disputa entre diferentes concepções de formação, uma centrada nos fundamentos da educação e outra nas habilitações técnicas, permanece como pano de fundo das reformas curriculares, o que dificulta a construção de uma identidade profissional sólida para o pedagogo e, por extensão, para todos os docentes da educação básica.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 inaugurou uma nova fase para as políticas docentes ao consagrar, em seu artigo 206, a valorização dos profissionais da educação escolar como princípio do ensino, prevendo planos de carreira, piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público (Brasil, 1988). Esse marco constitucional foi complementado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394 de 1996, que estabeleceu diretrizes para a formação dos profissionais da educação e para a organização dos sistemas de ensino (Brasil, 1996). Oliveira e Leiro (2019) demonstram que a produção legislativa subsequente foi intensa, porém nem sempre coerente, gerando um emaranhado normativo cuja implementação se revela desigual entre os entes federados.

A partir da primeira década dos anos 2000, o Ministério da Educação assumiu papel mais proativo na formação docente, instituindo programas como a Universidade Aberta do Brasil, o Plano Nacional de Formação de Professores e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência. Gatti, Barretto e André (2011) reconhecem o mérito dessas iniciativas, mas ponderam que a fragmentação institucional e a desarticulação entre os entes federados comprometeram a eficácia das ações. O PARFOR, por exemplo, foi concebido para qualificar mais de 600 mil professores sem formação adequada, mas enfrentou dificuldades de implementação que limitaram seu alcance (Gatti *et al.*, 2019). Esse panorama reforça a percepção de que os marcos legais, embora necessários, não são suficientes para transformar a realidade da formação docente no país.

2.2 Políticas de valorização profissional: Carreira, remuneração e planos de carreira

A valorização dos profissionais da educação constitui um dos princípios constitucionais do ensino brasileiro e compreende dimensões articuladas que envolvem formação, remuneração, carreira e condições de trabalho. Weber (2015) analisa o processo histórico das lutas pela democratização da educação nos últimos quarenta anos e demonstra que o debate em torno da valorização docente esteve sempre vinculado à questão da formação específica para o magistério. Para a autora, formação e valorização profissional são elementos indissociáveis do processo de socialização profissional e de materialização da educação como direito social básico. Essa compreensão é fundamental, pois revela que tratar a valorização docente exclusivamente pelo viés salarial constitui reducionismo analítico incompatível com a complexidade do problema.

A instituição do Piso Salarial Profissional Nacional por meio da Lei nº 11.738 de 2008 representou uma conquista histórica dos profissionais do magistério público da educação básica. A referida lei estabeleceu o valor mínimo de vencimento inicial para a carreira, além de definir que a composição da jornada de trabalho deve observar o limite máximo de dois terços da carga horária para atividades de interação com os educandos, reservando no mínimo um terço para atividades extraclasse (Brasil, 2008). Hypolito (2015) destaca que, embora o Piso represente um avanço significativo, sua implementação foi marcada por resistências de governos estaduais e municipais, incluindo a judicialização da questão perante o Supremo Tribunal Federal. A análise do autor sugere que o cumprimento formal da lei não garante, por si só, a valorização efetiva dos professores.

O Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 13.005 de 2014, dedicou quatro metas específicas à valorização dos profissionais da educação, estabelecendo prazos e estratégias para formação, pós-graduação, equiparação salarial e planos de carreira. Sobre esse arcabouço normativo, Augusto (2015) observa:

Muito embora, no período recente, tenhamos verificado avanços significativos no campo da legislação, referentes à valorização da carreira docente, muitas dessas medidas não chegaram a se consubstanciar, no âmbito dos municípios e dos Estados, em melhorias salariais significativas e em planos de carreira (Augusto, 2015, p. 540).

O alerta da autora é revelador: o descompasso entre o texto normativo e a prática administrativa constitui um dos nós centrais da política educacional brasileira. A descentralização federativa, que em tese deveria favorecer a adequação das políticas às realidades locais, acabou produzindo, em muitos casos, uma fragmentação que dificulta o cumprimento das metas nacionais.

A pesquisa empírica conduzida por Jacomini e Penna (2016) em doze estados brasileiros revela aspectos concretos dessa distância entre legislação e efetivação. As autoras analisaram planos de carreira de diferentes redes e identificaram avanços no ingresso por concurso público, mas constataram a necessidade de progressos significativos no estabelecimento de jornadas de tempo integral e na regulamentação de licenças para formação continuada. A carreira docente, tal como estruturada na maioria das redes, não oferece horizontes promissores suficientes para atrair e reter profissionais qualificados, o que contribui para a crescente falta de interesse pela profissão entre os jovens egressos do ensino médio.

Gatti e Barretto (2009) acrescentam uma dimensão comparativa à análise ao demonstrar que, quando confrontados com outras profissões que exigem nível superior, os salários dos professores da educação básica brasileira são significativamente menos atrativos. Essa defasagem salarial, combinada com a ausência de planos de carreira bem estruturados, contribui para o fenômeno que a literatura denomina de crise de atratividade da docência. As autoras argumentam que as condições de remuneração e carreira dos professores não correspondem à formação exigida nem às responsabilidades sociais implicadas em seu trabalho. Superar essa contradição exige não apenas reajustes salariais pontuais, mas a reconfiguração estrutural das carreiras do magistério em todo o território nacional.

2.3 Condições de trabalho docente e qualidade da educação básica

As condições de trabalho dos professores constituem um dos eixos fundamentais da valorização docente e exercem influência direta sobre a qualidade dos processos educativos. Oliveira (2004) argumenta que as reformas educacionais implementadas a partir da década de 1990 produziram uma reestruturação do trabalho docente caracterizada pela intensificação das demandas, pela ampliação do raio de ação e pelo conseqüente desgaste dos profissionais. A autora demonstra que os professores passaram a ser responsabilizados não apenas pelo ensino, mas também

por funções assistenciais, administrativas e de mediação comunitária que extrapolam as atribuições pedagógicas tradicionais. Essa sobrecarga funcional compromete a qualidade do trabalho realizado em sala de aula e alimenta um ciclo de precarização que afeta tanto os docentes quanto os estudantes.

A precarização das condições de trabalho docente manifesta-se em múltiplas dimensões: infraestrutura inadequada das escolas, jornadas excessivas, escassez de materiais pedagógicos, turmas superlotadas e fragilidade dos vínculos empregatícios. Gatti (2014) constata que o cenário formativo e profissional dos docentes apresenta improvisações históricas, como a admissão de professores sem formação específica para as disciplinas que lecionam e a proliferação de cursos de licenciatura a distância de qualidade duvidosa. Esses fatores estruturais criam um ambiente de trabalho que dificulta o exercício profissional reflexivo e comprometido com a aprendizagem dos alunos, evidenciando que a qualidade educacional não pode ser dissociada das condições concretas em que os professores exercem sua profissão.

A relação entre valorização docente e qualidade da educação é reiterada tanto pela literatura acadêmica quanto pelos documentos oficiais. Nesse sentido, Gatti, Barretto e André (2011) afirmam:

O magistério constitui um setor nevrálgico nas sociedades contemporâneas. A interação dos diferentes fatores aqui levantados com a estrutura curricular e com as condições institucionais dos cursos de formação de docentes para a educação básica sinaliza um cenário preocupante (Gatti; Barretto; André, 2011, p. 136).

A advertência das autoras sintetiza o argumento central deste eixo temático: não é possível esperar qualidade educacional quando a formação dos professores é precária e quando suas condições de trabalho são adversas. A melhoria sustentável dos indicadores de aprendizagem passa, necessariamente, pela valorização integral dos profissionais que conduzem o processo pedagógico.

Hypolito (2015) acrescenta que as políticas de avaliação em larga escala, ao vincular o desempenho dos alunos a mecanismos de responsabilização dos professores, têm produzido efeitos perversos sobre o trabalho docente. A lógica da performatividade tende a reduzir a autonomia pedagógica, estreitar o currículo e submeter os professores a pressões que intensificam o estresse ocupacional. O autor identifica uma contradição fundamental: ao mesmo tempo em que se cobra dos

professores resultados cada vez mais elevados, não se oferecem as condições materiais e institucionais necessárias para que esses resultados sejam alcançados. Essa dinâmica compromete não apenas a saúde dos docentes, mas também a possibilidade de construção de práticas pedagógicas mais criativas e significativas.

A formação continuada emerge na literatura como dimensão estratégica tanto para a valorização profissional quanto para a melhoria da qualidade do ensino. Gatti *et al.* (2019) destacam que os programas de formação em serviço implementados nas últimas décadas, embora numerosos, carecem de articulação com as demandas reais das escolas e dos professores. A fragmentação dessas iniciativas, frequentemente concebidas de forma verticalizada e descontextualizada, limita seu potencial transformador. A construção de uma política de formação continuada efetiva requer, segundo as autoras, a superação do modelo de cursos pontuais em favor de processos formativos integrados ao cotidiano escolar, que valorizem os saberes docentes e promovam a reflexão sobre a prática.

3 METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, orientada pela análise interpretativa de fontes acadêmicas e normativas. A opção pela pesquisa bibliográfica justifica-se pela necessidade de sistematizar e articular a produção científica existente sobre valorização e formação docente no Brasil, identificando convergências, divergências e lacunas na literatura. A dimensão documental complementa a análise ao incorporar marcos normativos que estruturam as políticas educacionais para o magistério, permitindo o confronto entre o texto legal e as evidências empíricas reportadas pelos pesquisadores.

O levantamento bibliográfico foi realizado nas bases de dados SciELO, Portal de Periódicos da CAPES e repositórios institucionais de universidades públicas brasileiras, além do portal da UNESCO e da Fundação Carlos Chagas. Os descritores utilizados nas buscas incluíram, de forma isolada e combinada: valorização docente, formação de professores, educação básica, políticas docentes, condições de trabalho docente, piso salarial do magistério e plano nacional de educação. A seleção privilegiou artigos publicados em periódicos avaliados pelo sistema Qualis CAPES, livros editados por instituições acadêmicas reconhecidas e documentos oficiais publicados por órgãos governamentais.

Os critérios de inclusão adotados foram: a) trabalhos publicados em português, diretamente relacionados ao tema da valorização e formação docente na educação básica brasileira; b) artigos indexados em bases de reconhecido rigor acadêmico, com informações de autoria, periódico e ano verificáveis; c) documentos normativos oficiais disponíveis em portais governamentais. Foram excluídos trabalhos sem identificação clara de autoria, publicações em fontes não acadêmicas, estudos cujo foco principal não se relacionasse ao contexto brasileiro e obras cujos links ou DOIs não puderam ser verificados.

Ao término do processo de seleção e verificação, o corpus analítico ficou constituído por 12 obras acadêmicas e quatro documentos normativos oficiais, totalizando 16 fontes. As obras acadêmicas compreendem artigos científicos publicados em periódicos indexados no SciELO e livros editados pela UNESCO em parceria com o Ministério da Educação e a Fundação Carlos Chagas. Os documentos oficiais incluem a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei do Piso Salarial e o Plano Nacional de Educação.

A análise dos dados seguiu procedimentos de leitura exploratória, leitura seletiva e leitura analítica, conforme orientam as práticas da pesquisa bibliográfica qualitativa. As obras foram organizadas em três eixos temáticos correspondentes aos subtópicos do referencial teórico: percurso histórico da formação docente, políticas de valorização e carreira, e condições de trabalho e qualidade da educação. Cada fonte foi examinada com atenção ao rigor das evidências apresentadas, à consistência teórico-metodológica e à pertinência dos argumentos para os objetivos desta investigação.

Cabe registrar as limitações inerentes ao método adotado. Por se tratar de uma revisão bibliográfica, o estudo não produz dados empíricos primários, o que limita a possibilidade de captar nuances regionais e experiências locais que não estejam reportadas na literatura consultada. Além disso, a concentração do corpus em obras de autores vinculados a programas de pós-graduação do Sudeste e do Sul do Brasil pode introduzir vieses de perspectiva que merecem atenção. Reconhece-se, ainda, que o número de fontes analisadas, embora criteriosamente selecionadas e verificadas, não esgota a produção existente sobre o tema.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise integrada das fontes selecionadas revela que as políticas de formação e valorização docente no Brasil apresentam um padrão recorrente de avanços normativos acompanhados por déficits de implementação. O exame do percurso histórico, realizado com base em Saviani (2009) e Scheibe e Aguiar (1999), evidencia que a formação de professores no país foi historicamente relegada a um plano secundário, tratada de forma emergencial e submetida a reformas descontínuas que impediram a consolidação de um modelo formativo sólido. Esse achado dialoga diretamente com a constatação de Gatti *et al.* (2019) de que a formação docente ainda apresenta características de improvisação, com expressivo contingente de professores atuando sem formação compatível com as disciplinas que lecionam, situação que persiste como um dos traços mais problemáticos da história educacional brasileira.

No eixo da valorização profissional, os resultados confirmam a existência de um significativo descompasso entre a legislação e a prática. Embora a Constituição Federal de 1988, a Lei do Piso (Lei nº 11.738/2008) e o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) constituam um arcabouço normativo abrangente, as análises de Augusto (2015), Weber (2015) e Hypolito (2015) convergem ao demonstrar que a materialização desses dispositivos permanece parcial e desigual. Jacomini e Penna (2016) oferecem evidências empíricas contundentes dessa defasagem ao constatar, em pesquisa realizada em 12 estados, que os planos de carreira existentes raramente oferecem horizontes promissores aos professores, seja em termos de progressão funcional, seja em termos de remuneração. Esses achados reforçam o argumento de que a mera existência de marcos legais não assegura a valorização efetiva da profissão.

A análise das condições de trabalho docente constitui o terceiro eixo de resultados e revela um quadro de precarização que compromete tanto o bem-estar dos professores quanto a qualidade do ensino ofertado. Oliveira (2004) demonstra que a reestruturação do trabalho pedagógico, impulsionada pelas reformas educacionais, resultou em intensificação das atividades, ampliação das responsabilidades e maior desgaste profissional. Os dados apresentados por Gatti, Barretto e André (2011) complementam essa análise ao evidenciar que as condições

de trabalho, a carreira e os salários oferecidos nas escolas de educação básica não são atrativos nem recompensadores, e que a formação disponível está longe de atender às necessidades de atuação dos professores. A convergência desses diagnósticos aponta para a necessidade de políticas que tratem a valorização docente de forma integral e articulada.

Um achado particularmente relevante diz respeito à fragmentação das políticas docentes entre os diferentes níveis de governo. Gatti, Barretto e André (2011) constataam que há desarticulação entre as políticas federais, estaduais e municipais, com tratamento desigual em relação à formação e à carreira de professores conforme a região e o nível de ensino. Oliveira e Leiro (2019) reforçam essa constatação ao demonstrar que a produção legislativa sobre formação docente foi intensa, porém nem sempre coerente entre si, gerando um cenário de sobreposição normativa que dificulta a ação dos gestores educacionais. Essa fragmentação representa um obstáculo estrutural à construção de uma política nacional articulada, capaz de assegurar patamares mínimos de qualidade formativa e profissional em todo o território brasileiro.

Os resultados também indicam que a formação continuada, embora reconhecida como estratégica pela totalidade das fontes consultadas, permanece insuficientemente articulada com as demandas reais das escolas. Gatti (2014) destaca que os programas existentes carecem de continuidade e de vinculação com os projetos pedagógicos das instituições de ensino, funcionando muitas vezes como ações pontuais e descontextualizadas. Gatti *et al.* (2019) acrescentam que a expansão dos cursos de formação a distância, embora tenha ampliado o acesso, levanta preocupações sobre a qualidade formativa e sobre a efetividade dessa modalidade para o desenvolvimento de competências pedagógicas complexas. A superação desse impasse exige, conforme a literatura, a construção de modelos formativos centrados na escola e articulados às necessidades dos professores em exercício.

Por fim, cabe registrar as limitações desta investigação e apontar caminhos para pesquisas futuras. O caráter bibliográfico do estudo restringe a análise ao que foi publicado e indexado nas bases consultadas, o que pode excluir experiências inovadoras em curso em redes de ensino específicas e não reportadas na literatura

acadêmica. Além disso, a concentração temática em autores de referência nacional, embora garanta solidez teórica, pode subestimar contribuições emergentes de pesquisadores regionais. Pesquisas futuras poderiam beneficiar-se de abordagens empíricas que investiguem, em profundidade, como as políticas de valorização são percebidas e vivenciadas pelos próprios professores em diferentes contextos territoriais, incluindo especialmente as regiões Norte e Nordeste, sub-representadas na produção acadêmica analisada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo geral analisar os desafios e as perspectivas da valorização e da formação docente no Brasil contemporâneo e suas implicações para a qualidade da educação básica. A investigação, conduzida por meio de revisão bibliográfica e análise documental, permitiu identificar um conjunto de questões estruturais que comprometem a efetivação das políticas de valorização dos profissionais do magistério no país.

O primeiro achado central refere-se ao caráter historicamente intermitente e fragmentado das políticas de formação docente. Desde as primeiras Escolas Normais do século XIX até os programas contemporâneos de formação em larga escala, o Brasil não logrou consolidar um modelo formativo estável, articulado e capaz de responder às demandas crescentes da educação básica. As sucessivas reformas, embora tenham produzido avanços pontuais, careceram de continuidade e de articulação institucional.

O segundo achado evidencia o descompasso persistente entre o ordenamento jurídico e a realidade concreta das redes de ensino. O país construiu, nas últimas décadas, um arcabouço normativo robusto para a valorização docente, que inclui dispositivos constitucionais, a Lei do Piso Salarial, a Lei de Diretrizes e Bases e o Plano Nacional de Educação. Entretanto, a implementação desses marcos legais permanece parcial e desigual, especialmente nos municípios de menor capacidade financeira e administrativa.

O terceiro achado diz respeito à precarização das condições de trabalho docente, que se manifesta na intensificação das demandas, na ampliação das responsabilidades não pedagógicas e na insuficiência da infraestrutura escolar. A

análise da literatura revelou que essa precarização compromete não apenas a saúde e a motivação dos professores, mas também a qualidade dos processos de ensino-aprendizagem, estabelecendo um vínculo direto entre condições de trabalho e resultados educacionais.

O quarto achado aponta para a fragmentação das políticas docentes entre os diferentes entes federados como obstáculo estrutural à valorização profissional. A desarticulação entre as esferas federal, estadual e municipal produz sobreposições normativas, lacunas de implementação e tratamento desigual dos professores conforme a região e a rede de ensino em que atuam.

A contribuição deste estudo para o campo científico reside na sistematização articulada de evidências que, embora disponíveis na literatura especializada, raramente são integradas em uma análise que contemple simultaneamente os eixos da formação, da carreira, da remuneração e das condições de trabalho. Ao reunir esses elementos, o artigo reafirma a tese de que a valorização docente é fenômeno multidimensional que não pode ser reduzido a qualquer uma de suas dimensões isoladamente.

Para a prática docente, os achados desta investigação reforçam a urgência de construção de modelos de formação continuada centrados na escola, que valorizem os saberes dos professores em exercício e promovam a reflexão coletiva sobre as práticas pedagógicas. A formação não pode ser tratada como evento pontual e externo ao cotidiano escolar; precisa constituir processo orgânico, integrado ao trabalho docente e articulado aos projetos pedagógicos das instituições.

No que se refere às políticas públicas, os resultados sugerem a necessidade de fortalecimento dos mecanismos de monitoramento e avaliação das metas do Plano Nacional de Educação relativas à valorização docente, bem como de ampliação da cooperação entre os entes federados para assegurar o cumprimento do piso salarial e a implementação de planos de carreira estruturados em todas as redes de ensino. A construção de um Sistema Nacional de Educação articulado permanece como desafio estratégico para a superação da fragmentação identificada.

É necessário reconhecer as limitações desta pesquisa. O estudo não se propôs a produzir dados empíricos primários, o que restringe a análise ao escopo da

literatura consultada. Além disso, o corpus analítico, embora criteriosamente selecionado e verificado, concentra-se predominantemente em autores vinculados a instituições do Sudeste e do Sul, o que pode limitar a representatividade das perspectivas regionais.

Como agenda para pesquisas futuras, sugere-se a realização de estudos empíricos que investiguem a percepção dos próprios professores sobre as políticas de valorização em diferentes contextos territoriais, com atenção especial às regiões Norte e Nordeste. Investigações que avaliem o impacto efetivo de programas específicos de formação continuada sobre a prática pedagógica e os resultados de aprendizagem dos estudantes também se mostram necessárias. A escuta atenta dos protagonistas do processo educativo, os professores, permanece como condição indispensável para a formulação de políticas verdadeiramente responsivas às necessidades da educação básica pública brasileira.

6 REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Maria Helena Oliveira Gonçalves. A valorização dos professores da educação básica e as políticas de responsabilização: o que há de novo no Plano Nacional de Educação. Cadernos CEDES, Campinas, v. 35, n. 97, p. 535-552, set./dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622015150377>.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.

BRASIL. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea "e" do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm.

GATTI, Bernardete Angelina. Formação inicial de professores para a educação básica: pesquisas e políticas educacionais. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 25, n. 57, p. 24-54, jan./abr. 2014. DOI: <https://doi.org/10.18222/eae255720142823>.

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá (Coord.). Professores do Brasil: impasses e desafios. Brasília: UNESCO, 2009. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000184682>.

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de Afonso. Políticas docentes no Brasil: um estado da arte. Brasília: UNESCO, 2011. 300 p. ISBN 978-85-7652-151-8. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000212183>.

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de Afonso; ALMEIDA, Patrícia Cristina Albieri de. Professores do Brasil: novos cenários de formação. Brasília: UNESCO, 2019. 351 p. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000367919>.

HYPOLITO, Álvaro Luiz Moreira. Trabalho docente e o novo Plano Nacional de Educação: valorização, formação e condições de trabalho. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 35, n. 97, p. 517-534, set./dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622015150376>.

JACOMINI, Márcia Aparecida; PENNA, Marieta Gouvêa de Oliveira. Carreira docente e valorização do magistério: condições de trabalho e desenvolvimento profissional. *Pro-Posições*, Campinas, v. 27, n. 2, p. 177-202, maio/ago. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2015-0022>.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000400003>.

OLIVEIRA, Hosana Larissa Guimarães; LEIRO, Augusto César Rios. Políticas de formação de professores no Brasil: referenciais legais em foco. *Pro-Posições*, Campinas, v. 30, e20170086, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2017-0086>.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 143-155, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/45rkkPghMMjMv3DBX3mTBHm/>.

SCHEIBE, Leda; AGUIAR, Márcia Angela. Formação de profissionais da educação no Brasil: o curso de pedagogia em questão. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 20, n. 68, p. 220-238, dez. 1999. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73301999000300012>.

WEBER, Silke. O Plano Nacional de Educação e a valorização docente: confluência do debate nacional. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 35, n. 97, p. 495-515, set./dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622015150375>.

